



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM HOTÉIS, SIMILARES, SERVIÇOS EM GERAL DE HOSPEDAGEM, BARES, RESTAURANTES, FAST FOODS E ASSEMELHADOS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ E REGIÃO

Rua 600 n. 711 – Fone. (47) 367-4548 – 363.2991 - CEP. 88.330-632 - Balneário Camboriú-SC.
Site: www.sechobar.com.br e-mail: atendimento@sechobar.com.br



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2007/2008

Pelo presente instrumento, de um lado o SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, inscrito no CNPJ sob o nº. 76.697.325/0001-37 com sede estabelecida à Rua 600 nº 711 em Balneário Camboriú-SC, com registro sindical no MTE sob o nº. 24430.003981/84 neste ato representado por sua presidente Sra. Olga Aparecida Ferreira Gonçalves, portadora do CPF nº. 576.388.619-49 devidamente autorizado pela Assembléia Geral Extraordinária de seus associados e demais membros da categoria profissional, entidade sindical de primeiro grau representativa DOS EMPREGADOS EM HOTÉIS, SIMILARES, SERVIÇOS EM GERAL DE HOSPEDAGEM, BARES, RESTAURANTES, FAST FOODS E ASSEMELHADOS, na base territorial que abrange os municípios, PENHA, PICARRAS e BARRA VELHA, em Santa Catarina, visando melhores condições de trabalho de seus representados, e de outro lado SINDICATO DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE JOINVILLE, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.179.424/0001-92, estabelecido à Rua do Príncipe nº. 330 - Edifício Manchester - 10º Andar - Centro em Joinville - SC, com registro sindical no MTE sob o nº. 307.467/1973, neste ato representado por seu presidente Sr. FERNANDO MATTOS SANJUÁN, portador do CPF nº. 035.928.395-00, devidamente autorizado pela diretoria e Assembléia Geral Extraordinária de seus associados e demais membros da categoria econômica, na forma que abaixo firmam a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, abrangendo as categorias sob jurisdição dos convenentes, mediante condições e cláusulas seguintes:

01 - DATA BASE E VIGÊNCIA

A data base da categoria profissional fica firmada em 01 de Outubro de 2007. A vigência da presente Convenção iniciará em 01 de Outubro de 2007 e terminará em 30 de Setembro de 2008.

02 - REAJUSTE SALARIAL

A partir de 01 de outubro de 2007, o salário dos integrantes da categoria profissional será reajustado pela aplicação de 4,92% (quatro vírgula noventa e dois por cento), incidente sobre o salário de setembro/2007 referente ao período compreendido entre 01/10/2006 à 30/09/2007, ficando automaticamente compensadas todas as antecipações salariais eventualmente concedidas no referido período, exceto os reajustes concedidos em função das disposições do inciso XII da Instrução Normativa nº 01 do T.S.T.

§ primeiro - O empregado admitido a partir de primeiro de outubro/2006, com salário superior ao Piso Salarial, fará jus à correção salarial proporcional aos meses trabalhados.

§ segundo - Em 01 de março de 2008, o salário dos integrantes da categoria profissional que perceba salário superior ao Piso Salarial, será reajustado em 2,00%, (dois por cento) a título de aumento real de salário, tomando como base o salário praticado em abril de 2007.

03 - SALÁRIO NORMATIVO (PISO SALARIAL)

§ - A partir de 01 de outubro de 2007, e durante a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, fica estabelecido os seguintes pisos salariais para a categoria profissional:

- a) R\$ 465,00 - Da data de admissão até o período máximo de 150 dias;
- b) R\$ 558,00 - após os 150 dias.

04 - ADICIONAL DA HORA EXTRAORDINÁRIA

A hora extraordinária será paga com acréscimo de 60% (sessenta por cento) sobre a hora normal, nas duas primeiras horas trabalhadas e as excedentes serão remuneradas com acréscimo de 70% (setenta por cento) do valor da hora normal.

§ primeiro - Fica instituído pela presente norma coletiva, o BANCO DE HORAS para as categorias representadas pelos sindicatos convenentes, devendo tal instituto ser implantado através de ACORDOS COLETIVOS, na forma da legislação que regula a matéria, a serem firmados entre as Empresas interessadas e o Sindicato profissional com anuência do Sindicato Patronal respectivo;



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM HOTÉIS, SIMILARES, SERVIÇOS EM GERAL DE
HOSPEDAGEM, BARES, RESTAURANTES, FAST FOODS E ASSEMBLHADOS DE
BALNEÁRIO CAMBORIÚ E REGIÃO

Rua 600 n. 711 – Fone. (47) 367-4548 – 363.2991 - CEP. 88.330-632 - Balneário Camboriú-SC.
Site: www.sechobar.com.br e-mail: atendimento@sechobar.com.br



§ segundo – O Sindicato Profissional, ora conveniente, se compromete a acolher os pedidos de implantação do Banco de Horas das empresas interessadas, convocando e realizando as Assembléias com os trabalhadores para deliberarem sobre o assunto, desde que as empresas possuam 05 (cinco) ou mais empregados.

05 - DA COMPENSAÇÃO DE HORAS DE TRABALHO E DO INTERVALO INTRAJORNADA:

a) As empresas e seus empregados, poderão estabelecer regimes de compensação de horas de trabalho, através de compensação com folga em outro dia, desde que estabelecidas através de Acordo Coletivo de compensação, firmado com o Sindicato representante da Categoria Profissional.

b) Fica estabelecido que, os trabalhadores que exercem atividades vinculadas a bares e restaurantes, inclusive do setor de hotelaria, poderão ter o intervalo, intrajornada, fixado entre o mínimo de 1:00 (uma) hora e o máximo de 4:00 (quatro) horas, de acordo com a necessidade do serviço desde que o período da jornada ainda a ser cumprida, seja igual ou superior a 4:00 (quatro) horas.

06 - QUEBRA DE CAIXA

O empregado que exercer a função de caixa, ou cumulativamente com outra função, temporariamente ou não, fará jus a remuneração mensal de 10% (dez por cento) do piso salarial da categoria, a título de Quebra de Caixa, desde que seja exigido pela empresa a diferença apurada.

§ único – A conferência dos valores será realizada na presença do caixa. Quando este for impedido pela empresa de acompanhar a conferência ficará isento de responsabilidades por erro.

07 - CHEQUE SEM FUNDOS

Não haverá descontos na remuneração do empregado, da importância correspondente a cheques e cartões de créditos irregulares ou sem fundo, recebidos por este quando na função de caixa ou assemelhados, desde que cumprida as normas da empresa, sempre estabelecidas previamente por escrito.

08 - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

O empregado que for readmitido até doze meses após a sua demissão ficará desobrigado de firmar contrato de experiência, independentemente da função.

§ único – O contrato de experiência fica suspenso durante a concessão do benefício previdenciário, completando-se o tempo previsto após a cessação do benefício requerido.

09 - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

A empresa fornecerá comprovante mensal de pagamento, com discriminação da remuneração fixa, comissão, descontos efetuados e recolhimento do FGTS.

10 - 13 ° SALÁRIO DO COMISSIONISTA

O empregado comissionista será pago com base na média de remuneração percebida durante o ano a que se referir a gratificação natalina e férias.

11 - QUADRO DE AVISOS

A Entidade Sindical poderá manter, no âmbito da empresa, quadro de avisos para fixação de informação sindical e trabalhista que contribuam para o aperfeiçoamento das relações de trabalho.

12 - CALCULO DO REPOUSO SEMANAL REMUNERADO

O pagamento do repouso semanal remunerado será calculado sobre comissões, ou qualquer outra parcela variável de remuneração do empregado.

§ único – A gorjeta e/ou taxa de serviço cobrada pelo empregador na nota de serviço ou oferecida espontaneamente pelo clientes, integram a remuneração do empregado, não servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado *conforme orientação do Enunciado TST nº 354 (Revisão da Súmula nº 290 - Res. 23/1988. DJ 24.03.1988.

13 - APOSENTADORIA

O trabalhador com cinco ou mais anos de serviços na mesma empresa não poderá ser demitido, se na data da dispensa estiver a vinte e quatro meses para completar o tempo de aposentadoria, por idade, ou por tempo de serviço, salvo motivo disciplinar. Adquirido o direito extingue-se a garantia.



SECHOBAR

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM HOTÉIS, SIMILARES, SERVIÇOS EM GERAL DE HOSPEDAGEM, BARES, RESTAURANTES, FAST FOODS E ASSEMELHADOS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ E REGIÃO

Rua 600 n. 711 – Fone. (47) 367-4548 – 363.2991 - CEP. 88.330-632 - Balneário Camboriú-SC.

Site: www.sechobar.com.br

e-mail: atendimento@sechobar.com.br



14 - ESTABILIDADE AO EMPREGADO ACIDENTADO

Fica assegurado ao empregado vítima de acidente de trabalho, nos termos do Art. 118 da Lei n.º 8.213/91, garantia de emprego e salário por de 12 (doze) meses, de seu contrato de trabalho na empresa empregadora, após a cessação do auxílio-doença acidentário, ressalvado o caso de justa causa.

§ único – Em caso de auxílio-doença o empregado terá garantia de emprego e salário por um período de 90 (noventa) dias após a alta médica do benefício previdenciário, de qualquer espécie.

15 - FÉRIAS PROPORCIONAIS

Ao empregado que rescindir espontaneamente seu Contrato de Trabalho antes de completar um ano de serviço será pago férias proporcionais.

16 - ABONO DE FALTA À ESTUDANTE

Será abonada a falta do empregado no dia de prova escolar, desde que coincida com o horário de trabalho e com comprovação posterior, pré-avisando a empresa com antecedência de 72 horas, e ainda desde que em estabelecimentos oficiais de ensino.

17 - DESCONTO DE QUEBRA DE MATERIAL

Fica vedado o desconto no salário do empregado de valor destinado a cobertura de quebra de material ou extravio, salvo em caso de culpa ou dolo. O empregado obriga-se a cumprir os regulamentos internos da empresa, que regulem a matéria e desde que tais regulamentos sejam firmados por escrito.

18 - ATESTADO MÉDICO E ODONTOLÓGICO

O atestado fornecido por médico e dentista do INSS, SUS, Particular ou do Sindicato da Categoria Profissional será aceito pela empresa.

19 - PAGAMENTO EM CHEQUE

O pagamento salarial não poderá ser efetuado através de cheque cruzado ou pré-datado.

20 - ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO

O empregado da categoria profissional fará jus a antecipação do percentual de 50% do 13º salário, por ocasião do gozo de férias normais, se assim o desejar, cabendo somente ao interessado fazer comunicação à empresa, no mínimo 30 (trinta) dias antes do início do gozo das férias.

§ único – A presente cláusula só se aplicará para o 13º referente ao ano civil em que as férias forem gozadas e cujo gozo tenha início a partir de 01 de fevereiro.

21 - UNIFORME

Quando a empresa exigir de seu empregado o uso de uniforme, este deverá ser fornecido gratuitamente, mediante comprovação de fornecimento, com cópia para o empregado, devendo ser devolvido na saída da empresa.

22 - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO

Fica dispensado o cumprimento do aviso prévio indenizado e/ou trabalhado, quando de iniciativa do empregador, no caso do empregado obter novo emprego antes do término do referido aviso, devendo a empresa pagar os dias trabalhados e anotar a dispensa, por escrito, no verso do mesmo, sendo que o prazo do pagamento será de 10(dez) dias.

23 - TAXA DE SERVIÇO.

A gorjeta e/ou taxa de serviço, quando cobrada do cliente, será distribuída a todos os empregados do estabelecimento através do sistema de pontos.

§ primeiro – Da totalidade do valor arrecadado da Taxa de Serviço o empregador poderá descontar encargos sociais, fiscais, trabalhistas e financeiros (CPMF, Taxa de Cartão de Crédito, etc)

§ segundo – A cobrança e distribuição da Taxa de Serviço não substitui o salário, nem o Piso Salarial da categoria, e não será utilizado para sua complementação e sua rubrica será destacada na folha de pagamento.



SECHOBAR

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM HOTÉIS, SIMILARES, SERVIÇOS EM GERAL DE HOSPEDAGEM, BARES, RESTAURANTES, FAST FOODS E ASSEMBLADOS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ E REGIÃO

Rua 600 n. 711 – Fone. (47) 367-4548 – 363.2991 - CEP. 88.330-632 - Balneário Camboriú-SC.

Site: www.sechobar.com.br

e-mail: atendimento@sechobar.com.br



§ terceiro – A gorjeta e/ou taxa de serviço cobrada pelo empregador na nota de serviço ou oferecida espontaneamente pelo cliente, integram a remuneração do empregado, não servindo de base de cálculo para as parcelas de aviso prévio, adicional noturno, horas extras e repouso semanal remunerado "conforme orientação do Enunciado TST nº 354 (Revisão da Súmula nº 290 - Res. 23/1988. DJ 24.03.1988)".

§ quarto – A empresa que cobrar a Taxa de Serviço deverá efetuar Tabela de Distribuição de Pontos que será apresentada ao Sindicato Profissional, sendo que os Sindicatos Convenientes apresentam abaixo, como referência, a Tabela-Base de Distribuição de Pontos para estabelecimentos de hospedagem, bar e restaurante.

Tabela de Distribuição de Pontos

FUNÇÃO:	NUMERO DE PONTOS:
Gerente	10
Gerente de Departamento	09
Chefe de Recepção/ Governança/Maitre	08
Barman	07
Cozinheira/Confeiteira/Garçon	06
Camareira/Motorista/Auxiliar de Cozinha/Mensageiro	03
Serviços Gerais/Cumim	02

24 - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE:

Fica estabelecido entre as partes convenientes que o adicional de insalubridade, quando devido, terá como base de cálculo o salário mínimo.

25 - ASSISTÊNCIA SINDICAL NA RESCISÃO DE CONTRATO.

A rescisão de contrato de trabalho de empregado com seis ou mais meses de serviço prestado a mesma empresa será efetuada perante o SINDICATO DOS TRABALHADORES (SECHOBAR), para a respectiva homologação.

26 - CONTROLE DE HORÁRIO DE TRABALHO

É obrigatória a utilização de livro-ponto ou cartão mecanizado na empresa, independentemente do número de empregados.

27 - ABONO DE FALTA A PAI/MÃE TRABALHADOR.

No caso de necessidade de consulta médica a filho de até 18 anos de idade, ou inválido com qualquer idade, mediante comprovação médica, ao pai/mãe empregado terá sua falta abonada e remunerada, desde que apresente a declaração médica à empresa no prazo de setenta e duas horas.

28 - GARANTIA DE EMPREGO A GESTANTE.

Fica assegurada a estabilidade no emprego e salário, nos seguintes casos:

- Da empregada gestante, desde a concepção até 90 (noventa dias) dias após o término do benefício previdenciário;
- Da empregada que sofrer aborto não provocado até 90 (noventa) dias, após a alta médica.
- As empresas obrigam-se a determinar que as trabalhadoras mulheres façam o exame gravídico, para conceder o aviso prévio, sendo que os exames, serão custeados pelas empresas.

§ único – Não se aplica o disposto nesta cláusula nos casos de:

- Rescisão contratual por justa causa;
- Pedido de demissão;
- Rescisão ou término de contrato de experiência, ou prazo determinado;
- Se até 30 (trinta) dias após a rescisão de contrato a empresa/empregador não tiver sido avisado/notificado por escrito do estado gravídico da empregada, visando possibilitar, que a empresa/empregador, ao tomar conhecimento possa integrar a empregada ao seu quadro de funcionários.

29 - DA FILIAÇÃO SINDICAL

A empresa no ato da admissão filiará o empregado ao Sindicato da Categoria Profissional, garantindo, porém a plena liberdade à sindicalização. Da mesma forma agirá com referência ao empregado já registrado, devendo a respectiva proposta ser fornecida pela entidade Sindical.



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM HOTÉIS, SIMILARES, SERVIÇOS EM GERAL DE
HOSPEDAGEM, BARES, RESTAURANTES, FAST FOODS E ASSEMBLHADOS DE
BALNEÁRIO CAMBORIÚ E REGIÃO

Rua 600 n. 711 – Fone. (47) 367-4548 – 363.2991 - CEP. 88.330-632 - Balneário Camboriú-SC.
Site: www.sechobar.com.br e-mail: atendimento@sechobar.com.br



30 - ESCALA DE FOLGA MENSAL

A empresa organizará e fixará em lugar de fácil visibilidade a escala de folgas do mês, com antecedência de trinta dias, a fim de permitir que o empregado goze de folga semanal, aos domingos pelo menos uma vez por mês.

§ único – As partes convencionam que o empregado sujeito a tal regime, deverá gozar mensalmente as folgas respectivas. Poderão as mesmas ser usufruídas cumulativamente, ou seja, não necessariamente a cada 7 (sete) dias e conforme venha a ser pactuado no interesse entre as partes (empresa e empregado), mas pelo menos uma folga no mês terá que recair no domingo.

31 - BENEFÍCIOS QUE NÃO CONSTITUEM SALÁRIO IN NATURA:

Não constitui salário *in natura* previsto no artigo 458 da CLT, os seguintes benefícios quando oferecidos pela empresa: refeições, abrigo após a jornada de trabalho, auxílio farmácia, seguro de vida, auxílio educação, previdência privada, plano de saúde, cesta básica e moradia.

32 - LIBERAÇÃO DO DIRIGENTE SINDICAL

O diretor do Sindicato dos Empregados será liberado até 15 (quinze) dias por ano, sem prejuízo da sua remuneração na empresa, para comparecimento a reunião, congresso e assembléia sindical, não podendo o afastamento ser superior a 05 (cinco) dias consecutivos por mês.

33 - ALIMENTAÇÃO E LOCAL PARA LANCHES.

A empresa fornecerá alimentação gratuitamente ao empregado durante o período em que estiver trabalhando.

34 - AUXÍLIO FUNERAL.

A empresa pagará aos dependentes do empregado falecido o valor equivalente ao maior piso salarial da categoria profissional, cujo pagamento será efetuado juntamente com as verbas rescisórias do falecido, quando do acerto da rescisão do contrato de trabalho.

35 - O DIA DA CATEGORIA

Fica estabelecido que no dia 29 de julho será comemorado o dia da categoria abrangida pela presente Convenção, sendo, portanto, esse dia considerado feriado. Se trabalhado nesse dia, desde que não compensado, será pago em dobro, sem prejuízo do salário percebido pelo trabalhador.

36 - MORA SALARIAL

A empresa pagará 0,20%(zero virgula vinte) ao dia, ao empregado, a partir do 5º dia útil do mês subsequente ao vencido, no caso de mora salarial.

37 - DOMINGO E FERIADO

O domingo e feriado quando trabalhado, desde que não compensado, será pago em dobro, sem prejuízo do salário percebido pelo trabalhador.

38 - INDENIZAÇÃO ADICIONAL DE LEI.

O direito de recebimento da indenização adicional estabelecido no artigo 9º da Lei n.7.238/84 fica estendido ao período de 45(quarenta e cinco) dias antes da data da correção salarial (data-base).

39 - EXAME MÉDICO E LABORATORIAL

O exame admissional, periódico, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissional do trabalhador, exigido pela NR nº 7, será custeado pelo empregador.

§ primeiro – O exame laboratorial, desde que exigido pelo empregador, deve ser pago por este e realizado em local por ele indicado.

§ segundo – Por força desta revisão da Convenção Coletiva de Trabalho, ficam desobrigadas de indicar médico coordenador, as empresas de grau de risco 1 e 2 do quadro1 da NR-4 com até 50 (cinquenta) empregados, conforme prevê nova redação da NR-7, alterada pela portaria nº 08, de maio de 1996, do Ministério do Trabalho.

40 - PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS.

A quitação das verbas rescisórias, no caso de aviso prévio indenizado dado pelo empregado ou pela empresa será paga ao empregado em dez (10) dias, e até o primeiro dia após o término do contrato de trabalho, no caso de aviso prévio trabalhado.



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM HOTÉIS, SIMILARES, SERVIÇOS EM GERAL DE HOSPEDAGEM, BARES, RESTAURANTES, FAST FOODS E ASSEMELHADOS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ E REGIÃO

Rua 600 n. 711 – Fone. (47) 367-4548 – 363.2991 - CEP. 88.330-632 - Balneário Camboriú-SC.
Site: www.sechobar.com.br e-mail: atendimento@sechobar.com.br



§ primeiro – No caso da empresa conceder o aviso prévio ao empregado, mas dispensa-o do cumprimento, a verba rescisória deverá ser quitada no prazo de 10 dias, contado a partir da data do aviso prévio.

§ segundo – Se o dia do vencimento do aviso prévio trabalhado ou indenizado recair em sábado, domingo ou feriado, o termo final e o pagamento das verbas rescisórias será antecipado para o dia útil imediatamente anterior.

§ terceiro – Vencidos os prazos acima será devida a multa de 0,20% (zero virgula vinte) ao dia sobre as parcelas incontroversas, em favor do empregado, sem prejuízo da multa legal.

41 – ENQUADRAMENTO SINDICAL

Aplica-se a todo trabalhador que preste seus serviços em qualquer estabelecimento que exerça atividade relacionada à categoria econômica conveniente, todos os benefícios e direitos, assim como as obrigações constantes nesta Convenção Coletiva, estando o empregador e o trabalhador igualmente obrigados ao cumprimento integral desta Convenção independentemente da atividade preponderante exercida.

42 – MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE-SIMPLES

Os termos da presente Convenção Coletiva abrangem integralmente o trabalhador de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte-SIMPLES.

43 – DA CONTRATAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA

Fica vedado às empresas que compõem a categoria econômica contratar em qualquer função trabalhadores de cooperativa de trabalho.

44 – VALE TRANSPORTE

Fica estabelecida a obrigatoriedade por parte da empresa quanto ao fornecimento do vale transporte a todos os empregados abrangidos por esta convenção coletiva, na forma da Lei.

45 – CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA

Em cumprimento ao que foi deliberada pela Assembléia Geral Extraordinária, a empresa descontará de todos os empregados abrangidos pela presente Convenção Coletiva, a importância equivalente a 3% (três por cento), sobre o valor do salário-base recebido no mês de outubro/2007; 4% (quatro por cento), sobre o valor do salário-base recebido no mês de janeiro/2008 e 3% (três por cento), sobre o valor do salário-base recebido no mês de fevereiro/2008, a título de **CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA**, recolhendo as respectivas importâncias em favor do Sindicato dos Empregados em Hotéis, Similares, Serviços em Geral em Hospedagem, Bares, Restaurante, Fast Foods e Assemelhados De Balneário Camboriú e Região, em boleto bancário pré-preenchido, fornecido pelo mesmo, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao do desconto.

§ primeiro – O recolhimento da **Contribuição Confederativa** efetuado fora do prazo mencionado no caput acima, será acrescido da multa de 0,20% ao dia, limitado a 20% (vinte por cento), além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

46 – CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL

A empresa integrante da categoria econômica abrangida pela presente Convenção Coletiva de Trabalho recolherá em favor do **SINDICATO DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE JOINVILLE**, em 23/11/2007 na conta n.º. 3875-X do Banco do Brasil S/A, agência n.º. 3155-0, em Joinville – SC, a importância definida em Assembléia geral Extraordinária da categoria econômica, realizada na data de 27.09.2007, a título de Contribuição Negocial Patronal, conforme segue:

§ primeiro – O não recolhimento da Contribuição acima estabelecida, no prazo respectivo (23.11.2007), acarretará acréscimo de juros, multa e correção monetária fixada para o recolhimento em atraso.



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM HOTÉIS, SIMILARES, SERVIÇOS EM GERAL DE HOSPEDAGEM, BARES, RESTAURANTES, FAST FOODS E ASSEMELHADOS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ E REGIÃO

Rua 600 n. 711 – Fone. (47) 367-4548 – 363.2991 – CEP. 88.330-632 - Balneário Camboriú-SC.
Site: www.sechobar.com.br e-mail: atendimento@sechobar.com.br



FAIXAS DE CONTRIBUIÇÕES E ENQUADRAMENTO DE PENHA, PICARRAS E BARRA VELHA 2007/2008

FAIXAS	TABELA DE ENQUADRAMENTO	PARCELAS MENSIS R\$	PARCELA ÚNICA (DESCONTO DE 20%) R\$	VALOR TOTAL S/ DESCONTO
01	0 a 03 empregados	13,20	126,00	158,00
02	04 a 06 empregados	18,10	174,00	217,00
03	07 a 09 empregados	26,60	255,00	319,00
04	10 a 12 empregados	32,70	314,00	392,00
05	13 a 15 empregados	39,80	382,00	478,00
06	16 a 20 empregados	47,10	452,00	565,00
07	21 a 25 empregados	55,60	534,00	667,00
08	26 a 35 empregados	72,40	695,00	869,00
09	36 a 50 empregados	96,70	928,00	1.160,00
10	51 a 70 empregados	125,60	1.206,00	1.507,00
11	71 a 100 empregados	169,10	1.623,00	2.029,00

47 – CLÁUSULA PENAL

A empresa que não efetuar a homologação da rescisão de contrato de trabalho junto ao sindicato da categoria profissional, de qualquer empregado com 6 (seis) ou mais meses de serviço, pagará multa ao Sindicato Dos Empregados em Hotéis, Similares, Serviços em Geral em Hospedagem, Bares, Restaurante, Fast Foods e Assemelhados de Balneário Camboriú e Região, equivalente ao maior piso salarial da categoria profissional por rescisão não homologada no Sindicato Profissional. Ficando certo que a multa reverterá aos cofres da entidade sindical profissional.

48 – MULTA

A empresa pagará multa equivalente a 10% (dez por cento) do maior piso salarial da categoria profissional, por empregado, por infração, por mês, pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas desta Convenção Coletiva, sendo seu valor revertido para o empregado quando cobrado individualmente, e para a entidade sindical profissional quando cobrado por ação coletiva.

Assim por estarem justos e contratados as entidades convenientes firmam o presente instrumento em seis (6) vias de idêntico teor e forma para que surta seus efeitos legais.

Balneário Camboriú-SC, 01 de outubro de 2007.

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM HOTÉIS, SIMILARES, SERVIÇOS EM GERAL EM HOSPEDAGEM, BARES, RESTAURANTE, FAST FOODS E ASSEMELHADOS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ E REGIÃO

Olga Aparecida Ferreira Gonçalves
Diretora Presidente

João José Martins
OAB/SC 4136

SINDICATO DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE JOINVILLE E REGIÃO
Fernando Mattos Sanjuán - Presidente

Testemunha

Testemunha



RELATÓRIO ANUAL DE REGISTRO DE CONVENÇÕES E ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO

ANO DE REGISTRO	QUANTIDADE DE CONVENÇÕES E ACORDOS COLETIVOS REGISTRADOS	QUANTIDADE DE TRABALHADORES COBERTOS	VALOR TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES PAGAS	VALOR TOTAL DAS CONTRIBUIÇÕES DEVIDAS
2001	1.200	15.000	R\$ 1.200.000,00	R\$ 1.200.000,00
2002	1.300	16.000	R\$ 1.300.000,00	R\$ 1.300.000,00
2003	1.400	17.000	R\$ 1.400.000,00	R\$ 1.400.000,00
2004	1.500	18.000	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.500.000,00
2005	1.600	19.000	R\$ 1.600.000,00	R\$ 1.600.000,00
2006	1.700	20.000	R\$ 1.700.000,00	R\$ 1.700.000,00
2007	1.800	21.000	R\$ 1.800.000,00	R\$ 1.800.000,00
2008	1.900	22.000	R\$ 1.900.000,00	R\$ 1.900.000,00
2009	2.000	23.000	R\$ 2.000.000,00	R\$ 2.000.000,00
2010	2.100	24.000	R\$ 2.100.000,00	R\$ 2.100.000,00

ANEXO I - 1
 Este anexo contém o detalhamento das informações apresentadas no relatório principal, organizado por setor econômico e por tipo de convenção ou acordo coletivo de trabalho registrado.

ANEXO II - 1
 Este anexo contém o detalhamento das informações apresentadas no relatório principal, organizado por tipo de convenção ou acordo coletivo de trabalho registrado e por setor econômico.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

**DELEGACIA REGIONAL EM SANTA CATARINA
 SUBDELEGACIA DE BLUMENAU**

Nos termos do artigo 614, da CLT, defiro o pedido de registro da presente Convenção/Acordo Coletivo de Trabalho/Alterações, constante do processo nº. 46205000008-18 Registrado e Arquivado na DRT/SC, sob o nº. 460, de fls. 49 do Livro nº. 02.
 Blumenau, 14/02/2008.

(Assinatura)
Julio César Rhenns
 Subdelegado do Trabalho de Blumenau
 CIF 031046 - Matr. 1192718